

12 OUT 1983

Sarney não é favorável às diretas em 85

O presidente do PDS, senador José Sarney, não acredita no êxito de qualquer tentativa destinada a restabelecer a eleição direta antes de quatro anos, advertindo que os nossos partidos ainda são muitos embrionários e, por via de conseqüências, as nossas instituições políticas bastante frágeis para que submetamos o País, a curto prazo, ao traumatismo de uma eleição popular.

Sarney julga possível uma eleição direta em 1989 conferindo-se ao súdo presidente João Figueiredo quatro e não seis anos de mandato e se lhe atribuindo a missão de completar o processo de redemocratização do País. "Antes, seria uma loucura. Esse processo tem de ser gradual e seguro," adverte Sarney, ao completar a sua análise.

ESTABILIDADE

Muitas pessoas no Brasil, particularmente nas Oposições, clamam por uma democracia e se esquecem, segundo o presidente do PDS, de que o verdadeiro regime democrático é incompatível com processos intervencionistas que comprometem a livre iniciativa, a economia de mercado em sua ampla significação.

— Para praticar a liberdade política é preciso não esquecer o seu fundamento, que é a liberdade econômica, a livre iniciativa. As duas coisas se completam, não vivendo uma sem a outra — disse o presidente do PDS, lamentando a falta de consciência de muitas pessoas no Brasil para a seriedade dessa simbiose.

Sarney sustenta, ainda, que sem voto distrital é impossível praticar um regime democrático e representativo, uma vez que o sistema proporcional, eivado de vícios, conduz inelutavelmente as nações para o beco sem saídas de crises políticas e institucionais, na medida em que exacerba o debate ideológico e compromete fundamentalmente o próprio princípio representativo.

Adverte o senador governista que não existe nenhum país democrático digno deste nome, nenhuma nação desenvolvida econômica e culturalmente, onde ainda se pratique o sistema de voto proporcional. Todas as grandes democracias européias já aderiram ao voto majoritário, ao voto distrital, que se afigura difícil de implantação no Brasil face às resistências que suscita no meio político, principalmente por provocar inquietação e insegurança entre muitos.

Ainda assim, o presidente do PDS acha que todos os esforços devem ser envidados no âmbito do Congresso visando a encontrar uma fórmula que viabilize a implantação do voto distrital no País, vencendo resistências que poderão nos levar novamente, em futuro não muito distante, a novas crises políticas e institucionais.

O senador maranhense lembra que a França foi a última grande democracia ocidental a aderir ao voto distrital, pressionada por um quadro de instabilidade que ameaçava inviabilizar o regime democrático e representativo. Hoje, apesar de todos os embates políticos, o sistema político francês funciona com eficiência.

O presidente do PDS acredita na possibilidade de um entendimento entre governistas e oposicionistas, em torno de um programa capaz de vencer a crise. Sabe que existem muitas dificuldades, mas lembra que se trata de um objetivo maior, para as lideranças responsáveis, qual seja o de afastar riscos para o projeto de abertura.

— Houve e está havendo contactos e conversações no âmbito do Congresso. Tenho a esperança de que esses entendimentos evoluam com a apresentação de uma proposta concreta por parte de nosso partido, com base em estudos realizados por uma comissão de alto nível, presidida pelo senador Luis Viana Filho — disse.

CORREIO BRAZILENSE

BRASIL